CONTRATAÇÃO (Nº da UASG - Nº no Portal Compras Governamentais):
984445 - 154/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO:
301/2026

DISPENSA ELETRÔNICA:
083/2026

CONTRATANTE (UASG):
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS (984445)

OBJETO:
AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS, A FIM DE SEREM UTILIZADOS EM ATOS CÍVICOS, CERIMÔNIAS E APRESENTAÇÕES NA SEDE DO TG 04 019 DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 5.070,32

DATA DA SESSÃO
11/11/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
Das 09h até 15h

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

GUIA PARA O FORNECEDOR (ÚTIL PARA EMPRESAS QUE VÃO PARTICIPAR PELA 1ª VEZ):

https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

CONTRATAÇÃO: 984445 - 154/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Divinópolis , por meio do Setor de Compras e Licitações, sediada na Av. Paraná, nº 2.601, Bairro São José, nesta Cidade, realizará Dispensa Eletrônica nº 083/2026, com critério de julgamento menor preço**,** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 15.501/2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 11/11/2026
Horário da Fase de Lances: 09h00 às 15h00.
Link: www.gov.br/compras
Critério de Julgamento*:* menor preço por lote

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a aquisição de bandeiras, mastros e acessórios, a fim de serem utilizados em atos cívicos, cerimônias e apresentações na sede do TG 04 019 do Município de Divinópolis/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa e seus anexos.

1.2. A descrição dos itens ocorrerá conforme Anexo I e Termo de Referência.

1.3 – Qualquer divergência entre as informações lançadas na plataforma eletrônica em relação à sequência, descritivos dos itens, quantidades e valores deste Aviso de Dispensa, prevalecerão as informações contidas no Anexo I do Aviso.

1.4 - As características e especificações dos itens descritas no Termo de Referência, são complementares aos descritivos contidos no Anexo I e devem ser observadas.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa e seu(s)anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas;

2.2.6. Empresas que não se enquadrem como ME/EPP.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso,e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.6.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa e seus anexos;

3.6.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.6.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

3.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O fornecedor enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.9.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

3.9.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa;

3.9.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.9.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 0,01(um centavo).

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. contiver vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha, quando aplicável, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos neste Aviso, a serem exigidos para fins de habilitação, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, **conforme abaixo**:

6.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto eadministradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.1.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Nacional de Pessoas Jurídicas

6.1.3. Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou Distrital) da sede do licitante;

6.1.4. Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS) (https://consulta-rf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf);

6.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br;

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantidopela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pelaControladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2).

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 dejunho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

6.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

6.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.9. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

6.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa.

6.11.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA FORMALIZAÇÃO E ENTREGA

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida a solicitação de fornecimento e Nota de Empenho.

7.2. A entrega deverá ser efetuada, no prazo, local e condições estabelecidas no **Termo de Referência** anexo a este Aviso.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer dashipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
c) Impedimento de licitar e contratarno âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de ContrataçãoDireta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156,§9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30* (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Aviso ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídicasucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160)

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art.163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação que não estiverem previstas nos anexos a este Aviso, observarão as disposições legais aplicáveis.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

9 - DOMICÍLIO MUNICIPAL ELETRÔNICO (DME)

9.1 – A fornecedora(licitante) participante deste Aviso de Dispensa ou que vier a receber a Solicitação de Fornecimento, bem como o empenho, deverá providenciar o seu cadastramento no Domicílio Municipal Eletrônico (DME), instituído pela Lei Municipal nº 9.475/2024, por meio do endereço eletrônico dme.divinopolis.mg.gov.br.

9.1.1 – As instruções e procedimentos para adesão e uso da plataforma constam no Manual do DME, disponível em: https://consulta-documentos.plataforma.betha.cloud/#/d/NzU1YjgxYjAtNjI0ZS00YzRjLTgzOTYtNDg3MTk1ZDYyM2Iz.

9.1.2 – Caso a fornecedora(licitante) ou contratada não realize o autocadastramento, fica o Município plenamente autorizado a efetivar o cadastramento de ofício, cujos efeitos jurídicos e a validade das comunicações vigorarão a partir da data de realização do cadastramento de ofício.

9.2 – Uma vez cadastrada a empresa, todas as comunicações, notificações, intimações decorrentes da execução contratual serão realizadas por meio do DME, dispensando-se a via postal, pessoal ou publicação no Diário Oficial, conforme o art. 4º da Lei Municipal nº 9.475/2024.

9.3 – É de inteira responsabilidade da empresa manter seus contatos atualizados e acompanhar regularmente sua caixa postal no DME. A comunicação considerar-se-á realizada no dia da consulta pelo usuário ou, automaticamente, após o decurso do prazo de 10 (dez) dias corridos contados do envio (ciência tácita), nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 9.475/2024.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;

10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa depreços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condiçõesde habilitação exigidas.

10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo decontratação.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.

10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.12. Integram este Aviso, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.12.1. Anexo I - Relatório de Especificação e Estimativa de Preço;
10.12.2. Anexo II - Modelo de Proposta;
10.12.3. Anexo III – Modelo de Solicitação de Fornecimento; e
10.12.4. Termo de Referência.

Divinópolis, novembro de 2026.

(assinado digitalmente)
Lucas Lopes Estevam
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

ANEXO I
RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE ÚNICO - BANDEIRAS E ACESSÓRIOS						
1	2,000	UN	BANDEIRA DO BRASIL. - Bandeira do BRASIL, tamanho 2 panos, bordada, dupla face, 100% poliéster.		180,0000	360,00
2	2,000	UN	BANDEIRA DE MINAS GERAIS - Bandeira de MINAS GERAIS, tamanho 2 panos, bordada, dupla face, 100% poliéster.		186,6600	373,32
3	2,000	UN	BANDEIRA DE DIVINOPOLIS - Bandeira do município de DIVINÓPOLIS MG, tamanho 2 panos, bordada, dupla face, 100% poliéster.		250,0000	500,00
4	2,000	UN	ROSETA - Roseta com laço para Bandeira do Brasil, em cetim		106,6700	213,34
5	1,000	UN	ROSETA - Roseta com laço para Bandeira de Minas Gerais, em cetim		106,6700	106,67
6	1,000	UN	ROSETA - Roseta com laço para Bandeira da cidade de Divinópolis-MG, em cetim		106,6700	106,67
7	1,000	UN	MASTRO - Mastro (haste) encapado verde e amarelo tamanho entre 2,10 m e 2,30 m, c/ ponta tipo		193,3300	193,33
8	1,000	CJ	CONJUNTO DE MASTROS - Conjunto Base de madeira e mastros, para 3 mastros de Bandeiras, contendo Base com 3 furos e 3 mastros alumínio com altura entre 2,10 m e 2,30, com ponta tipo lança cromada		1.063,3310	1.063,331
9	1,000	UN	TALABARTE COM BOLDRIÉ - Talabarte nas cores verde e amarelo com boldrié cromado		128,3300	128,33
10	2,000	UN	Insígnia - Insígnia 0,80 x 1,2 m (TG 04-019 DIVINÓPOLIS), estampada, dupla face		158,3320	316,664
11	2,000	UN	Insígnia - Insígnia 0,40 x 0,60 m (TG 04-019 DIVINOPOLIS), estampada, dupla face		125,0000	250,00
12	1,000	UN	BANDEIRA DO BRASIL. - Bandeira do Brasil, tamanho 10 panos, em tecido 100% poliéster, estampada, dupla face		1.458,6700	1.458,67

Total Lote: **R$5.070,32**

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome da empresa (razão social):_____ CNPJ: _____

Endereço Completo:_____ Telefone:_____

E-mail (comercial):_____

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 301/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 083/2026

CONTRATAÇÃO (Nº da UASG e Nº no Portal Compras Governamentais) 154/2026

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ _____ (_____)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	APRES.	MARCA / MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1						
2						
					TOTAL DO LOTE	**R$**

PRAZO DE ENTREGA: Conforme Aviso de Dispensa e Termo de Referência.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme Aviso de Dispensa e Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme Aviso de Dispensa.

PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO OFERTADO: Conforme Aviso de Dispensa e Termo de Referência.

AGÊNCIA ___. CONTA BANCÁRIA ___. NOME DA AGÊNCIA ___.

Observações:

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

Havendo divergência entre a descrição do site compras.net e o Aviso, prevalecerá a descrição do Aviso.

Local e data.

_____(Assinatura do representante legal da empresa)_____

Nome

RG/CPF

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

ANEXO III – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO
ENTREGA IMEDIATA E INTEGRAL

ESTADO DE MINAS GERAIS **PREFEITURA MUNICIPAL DIVINOPOLIS** AVENIDA PARANÁ, 2601 - SÃO JOSÉ - Divinópolis - MG CEP: 35501-170 CNPJ: 18.291.351/0001-64 Telefone: (37) 3229-8100 E-mail: contabilidade@divinopolis.mg.gov.br Site: www.divinopolis.mg.gov.br	**SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO** **Nr.:** Processo Administrativo: Contrato: Sequencial do Contrato: Aditivo: Data da Contratação: Data da Solicitação: Data de Homologação:
	Página: 1/1

Fornecedor: **Telefone(s):**
CPF/CNPJ:
Endereço:
E-mail:

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma:

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega:
Local de Entrega:
Histórico:

Empenho:
Dotações utilizadas:
Compl. Elemento:
Recurso:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total

	Total Geral:	

Divinópolis/MG, data .

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZV7-59M-2GQ-MJO.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 05/11/2026 às 13:13:37

Assinantes

Lucas Lopes Estevam

Assinou em 05/11/2026 às 14:10:54 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.824.396-**.

Eu, Lucas Lopes Estevam, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

ZV7-59M-2GQ-MJO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a aquisição de bandeiras, mastros e acessórios, a fim de serem utilizados em atos cívicos, cerimônias, apresentações e nas instalações pelo Tiro de Guerra 04-019, localizado no Município de Divinópolis/MG.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana – SETTRANS, responsável pela manutenção do Tiro de Guerra 04-019, identificou a necessidade de realizar a aquisição de bandeiras, mastros e acessórios, visando cumprir as previsões regulamentares referente ao culto aos símbolos nacionais e aos protocolos e cerimoniais militares, e garantir maior funcionalidade, durabilidade, padronização e adequadas condições de apresentação das dependências utilizadas pelos atiradores e visitantes do Tiro de Guerra.

As bandeiras, mastros e acessórios atualmente utilizados estão danificados e/ou desatualizados, devido ao uso ou alterações em regulamentos. As bandeiras danificadas pela ação do tempo, pela fragilidade dos materiais utilizados para sua confecção, ou desatualizadas, prejudica a apresentação das instalações e fica em desacordo com os regulamentos que regem o uso dos símbolos nacionais, não contemplando seu objetivo principal, como Símbolo Nacional.

3 - JUSTIFICATIVA

A aquisição de bandeiras, mastros e acessórios para o Tiro de Guerra, constitui uma medida necessária para assegurar o cumprimento às normas e regulamentos sobre o culto aos símbolos nacionais, bem como proporcionar maior funcionalidade, durabilidade, padronização e apresentação dos símbolos aos atiradores, visitantes e participantes das atividades desenvolvidas pelo Tiro de Guerra.

A aquisição encontra respaldo no interesse público, uma vez que a melhoria dos materiais utilizados pelo Tiro de Guerra, contribui diretamente para o cumprimento às normas e regulamentos sobre o culto aos símbolos nacionais, para uma melhor apresentação dos símbolos em cerimônias e desfiles, e um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades de ensino no Tiro de Guerra.

Além disso, o uso das bandeiras nacional, do estado e do município demonstra a importância de cultuar e valorizar os símbolos que representam nosso amor pela pátria e às nossas origens.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

Por fim, justifica-se a aquisição em razão da necessidade de assegurar o culto aos símbolos nacionais e promover o patriotismo e o civismo, elevando o sentimento de amor à pátria, ao estado e ao município, pelos cidadãos divinopolitanos, e ainda estar conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público.

4 – DA ESPECIFICAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM	Qtd	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)
1	Bandeira do BRASIL, tamanho 2 panos, bordada, dupla face, 100% poliéster.	2	R$ 180,00	R$ 360,00
2	Bandeira de MINAS GERAIS, tamanho 2 panos, bordada, dupla face, 100% poliéster.	2	R$ 186,66	R$ 373,33
3	Bandeira do município de DIVINÓPOLIS MG, tamanho 2 panos, bordada, dupla face, 100% poliéster.	2	R$ 250,00	R$ 500,00
4	Roseta com laço para Bandeira do Brasil, em cetim.	2	R$ 106,67	R$ 213,33
5	Roseta com laço para Bandeira de Minas Gerais, em cetim.	1	R$ 106,67	R$ 106,67
6	Roseta com laço para Bandeira da cidade de Divinópolis-MG, em cetim.	1	R$ 106,67	R$ 106,67
7	Mastro (haste) encapado verde e amarelo tamanho entre 2,10 m e 2,30 m, c/ ponta tipo lança cromada.	1	R$ 193,33	R$ 193,33
8	Conjunto Base de madeira e mastros, para 3 mastros de Bandeiras, contendo Base com 3 furos e 3 mastros alumínio com altura entre 2,10 m e 2,30, com ponta tipo lança cromada.	1	R$ 1.063,33	R$ 1.063,33
9	Talabarte nas cores verde e amarelo com boldrie cromado.	1	R$ 128,33	R$ 128,33
10	Insígnia 0,80 x 1,2 m (TG 04-019 DIVINÓPOLIS), estampada, dupla face.	2	R$ 158,33	R$ 316,66
11	Insígnia 0,40 x 0,60 m (TG 04-019 DIVINOPOLIS), estampada, dupla face.	2	R$ 125,00	R$ 250,00
12	Bandeira do Brasil, tamanho 10 panos, em tecido 100% poliéster, estampada, dupla face.	1	R$ 1.458,67	R$ 1.458,67
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)				**R$ 5.070,32**

4.1 O valor máximo para esta contratação será de R$ 5.070,32 (cinco mil e setenta reais e trinta e dois centavos).

4.2 Será adquirida apenas as unidades detalhadas acima, quantidade prevista para o exercício de 2026, conforme o planejamento da Secretaria.

4.3 O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum e não se enquadra como bem de luxo, conforme decretos federal e municipal.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

4.4 O custo referente ao transporte do material será responsabilidade da Contratada.

5 - DA GARANTIA DO PRODUTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2 Uma vez notificado, a Contratada realizará a substituição dos bem que apresentar vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada.

5.3 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

5.4 O custo referente ao transporte do material coberto pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

6 - DA VALIDADE DA AQUISIÇÃO

6.1 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 dias.

7 - DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

7.1 Prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

7.2 Caso não seja possível a entrega na data indicada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.3 O bem deverá ser entregue na sede do Tiro de Guerra 04-019: Rua Rosa Viterbo Gontijo, 218, bairro Interlagos, Divinópolis/MG.

7.4 A Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG reserva-se no direito de não receber materiais em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

7.5 O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.6 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

7.7 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

08 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais com a devida liquidação da nota fiscal.

8.2 A empresa contratada, para o recebimento dos pagamentos, fica obrigada a manter atualizadas as certidões de regularidades fiscal com CND FEDERAL, FGTS, INSS, CNDT.

8.3 Caso ocorra atraso no pagamento ele sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião.

8.4 Os pagamentos serão realizados por meio de depósito bancário, razão pela qual a empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da Solicitação de Fornecimento que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

8.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.6 Conforme Decreto Municipal nº 15.680/2023 e orientações das Instruções Normativas RFB nº 2.145/2023 e nº 1.234/2012 e Anexos I a V, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou a prestação de serviços, pelos órgãos da administração pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

8.6.1 Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidas à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda, conforme disposto no anexo I da IN RFB nº 1234/2012, salvo hipóteses em que não haverá retenções de acordo com seu art. 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

8.6.2 Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informadas no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de "Informações Complementares".

8.6.3 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por o atendimento às especificações técnicas.

09 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Poderão participar interessado cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico.

9.2 Seguir estritamente as especificações técnicas, onde os materiais deverão estar em conformidade com o que fora solicitado, material de fabricação, apresentação, condições de conservação.

9.3 A empresa contratada deverá atender às regulamentações em vigor atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante órgãos fiscalizadores do governo ou de autarquias competentes, conforme o caso.

9.4 A empresa vencedora deverá atender às exigências de sustentabilidade ambiental. Ressalta-se que as contratações realizadas pela Administração Pública devem primar pela utilização de materiais recicláveis, com vida útil mais longa, que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos, consumam menor quantidade de matéria-prima e energia, e orientem as cadeias produtivas a práticas mais sustentáveis de gerenciamento e gestão. Os materiais deverão apresentar padrões de produção de bens e serviços a partir de critérios, procedimentos administrativos e jurídicos que sinalizem, para o Contratante, os patamares de custos e padrões produtivos/tecnológicos mais adequados sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

9.5 O licitante deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5° da Instrução Normativa n° 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto n° 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei n° 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

9.6 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

10.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

10.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ata, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à seguridade social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; certidão de regularidade do FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;

10.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.8 Proceder aos acertos solicitados pela Administração;

10.9 Promover o transporte do material até o local indicado pela Contratante para a entrega;

10.10 Cumprir os prazos previstos no Edital e seus Anexos.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

11.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

11.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Edital;

11.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Munícipio para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.9 Definir o local para a entrega do material;

11.10 Fiscalizar a execução contratual.

12 - INFORMAÇÕES GERAIS

12.1 As dúvidas em relação a especificação do item ou outras informações deste documento poderão ser esclarecidas pelo telefone: (24) 3229 6541, com o 1º Sargento Thiago Caetano Xavier.

13 - MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

13.1 MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA

13.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

13.2.1 DA JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO: O agrupamento dos itens em lotes justifica-se pela afinidade e complementaridade dos produtos, considerando sua destinação comum e a necessidade de assegurar compatibilidade entre as bandeiras e os respectivos acessórios, especialmente quanto às dimensões, aos sistemas de fixação, ao acabamento e à forma de instalação e utilização.

A organização dos itens em lotes por afinidade funcional busca facilitar o planejamento da aquisição, a formação de propostas comerciais e o gerenciamento do fornecimento, além de favorecer a obtenção de condições comerciais mais vantajosas

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

para a Administração, sem comprometer a competitividade do procedimento. Dessa forma, a aquisição proposta busca atender às necessidades institucionais do Município de maneira planejada e eficiente, com adequada aplicação dos recursos públicos e observância do interesse público.

14 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARA MATERIAIS DE CONSUMO:

I) Órgão: 02.016 – SETTRANS – Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

II) Unidade Orçamentária: 02.016.001 – Fundo Municipal de Trânsito e Transporte

III) Programa: 2160 – Programa Rumo Certo: Mobilidade, Tecnologia e Segurança

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

IV) Função: 06 – Segurança Pública

V) Subfunção: 181 – Policiamento

VI) Ação: 2.911 – Gestão da Segurança Pública e do Serviço Militar

VII) Natureza de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

VIII) Fonte de Recurso: 1.500.913 – Recursos Não Vinculados de Impostos - Emenda Municipal Individual - Breno Júnior

IX) Ficha: 1123

PARA MATERIAIS PERMANENTES:

I) Órgão: 02.016 – SETTRANS – Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

II) Unidade Orçamentária: 02.016.001 – Fundo Municipal de Trânsito e Transporte

III) Programa: 2160 – Programa Rumo Certo: Mobilidade, Tecnologia e Segurança

IV) Função: 06 – Segurança Pública

V) Subfunção: 181 – Policiamento

VI) Ação: 2.911 – Gestão da Segurança Pública e do Serviço Militar

VII) Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

VIII) Fonte de Recurso: 1.500.918 – Recursos Não Vinculados de Impostos - Emenda Municipal Individual - Hilton de Aguiar

IX) Ficha: 1212

14.1. A presente contratação visa atender às necessidades operacionais e cerimoniais do Tiro de Guerra 04-019, sediado no Município de Divinópolis/MG, em cumprimento às atividades desenvolvidas em cooperação entre a SETTRANS e o Exército Brasileiro, assegurando o adequado culto aos símbolos nacionais, conforme previsto na legislação vigente.

15 - GESTOR E FISCAL DA CONTRATAÇÃO

15.1 A execução da dispensa será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação da Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana.

15.2 Gestor da Dispensa: Lucas Lopes Estevam – Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana – Mat. 99023512

15.3 Fiscal da Dispensa: Paulo Roberto de Araújo Moura – Gerente de Operação e Fiscalização de Trânsito – Matrícula 99023847

Divinópolis, data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

Lucas Lopes Estevam

Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

Assinado digitalmente por Lucas Lopes Estevam. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 4JQ-K5X-57V-L3V.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 05/11/2026 às 17:27:18

Assinantes

✓ Lucas Lopes Estevam

Assinou em 06/11/2026 às 12:48:32 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.824.396-**.

Eu, Lucas Lopes Estevam, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

4JQ-K5X-57V-L3V